

A MÍDIA NA FORMAÇÃO DA AGENDA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA PANDEMIA DA COVID-19

THE MEDIA IN SHAPING THE AGENDA IN PUBLIC HEALTH POLICIES IN THE COVID-19 PANDEMIC

Marcia Leite Borges

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (Niterói/Brasil).
Pesquisadora voluntária da Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande/Brasil).
E-mail: 1212.marcia@gmail.com

Vinícius Menezes

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/Brasil).
E-mail: marcia.borges.bb@hotmail.com

Ana Paula Dupuy Patella

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: anapaulapatella@gmail.com

Danieli Veleda Moura

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande/Brasil).
E-mail: danieliveledamoura@yahoo.com.br

Carícia Hercília Oliveira dos Santos

Mestranda em Direito e Justiça Social na Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande/Brasil).
Pesquisadora voluntária no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Opinião na Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande/Brasil).
E-mail: caricia.h.adv@gmail.com

Racquel Nagem Daier Nogueira

Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande/Brasil).
E-mail: racquel.daier@gmail.com

Recebido em: 12 de fevereiro de 2021

Aprovado em: 2 de abril de 2021

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 18 | n. 2 | p. 73-95 | mai./ago. 2021

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2530>

RESUMO

O presente estudo analisa a influência da mídia no processo decisório que resulta na formação da agenda das políticas públicas voltadas à área de saúde. A problematização do tema "formação de agenda" norteará o referencial teórico e metodológico a fim de abordar as questões pertinentes ao campo das políticas públicas de saúde no contexto brasileiro no período de pandemia da COVID-19. O problema de pesquisa visa a apurar como se configuram as escolhas acerca da formação de agendas em políticas públicas na área da saúde? A hipótese afirma que a mídia exerce um papel central na escolha das prioridades sociais através do discurso dirigido aos grupos de interesse.

Palavras-chave: Políticas públicas. Agenda. Mídia. Saúde. Pandemia. COVID-19.

ABSTRACT

The present study analyzes the influence of the media in the decision-making process that results in the formation of the public policy agenda focused on the health area. The problematization of the theme "agenda formation" will guide the theoretical and methodological framework in order to address issues relevant to the field of public health policies in the Brazilian context in the Pandemic period of COVID-19. The research problem aims to determine how the choices regarding the formation of agendas in public policies in the area of health are configured? The hypothesis states that the media plays a central role in the choice of social priorities through the speech addressed to interest groups.

Keywords: Public policy. Schedule. Media. Health. Pandemic. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 foi essencial para a mudança do perfil das políticas públicas no Brasil, até então norteadas pela centralização financeira e decisória do Governo Federal. As agendas eram definidas mediante relações clientelistas baseadas em trocas de favores. Até o fim do Governo militar havia o predomínio da fragmentação institucional e multiplicavam-se agências públicas manipuladas pelo Governo Federal. A sociedade civil não participava do processo de formulação das políticas ou da implementação dos programas e do controle da ação estatal (FARAH, 2007). A partir do movimento de redemocratização foram reformulados os processos decisórios e revistos os caminhos das políticas públicas. Com a mudança de paradigmas, a descentralização política começa a promover o empoderamento da sociedade civil e a participação dos cidadãos torna-se vital no processo de formação e redirecionamento de políticas públicas.

Contudo, a partir do final do mês de fevereiro de 2020, quando da confirmação dos primeiros casos de COVID-19, no Brasil, vive-se uma situação de constantes embates políticos nas mais diversas esferas governamentais. Aliado a isso, diariamente, a sociedade tem sido bombardeada com inúmeras reportagens e notícias, nos mais variados meios de comunicação, sobre os impactos da pandemia no sistema de saúde brasileiro.

Atento a esse novo contexto nacional, o presente estudo tem por objetivo analisar a influência da mídia e de seu discurso no processo decisório que resulta na formação da agenda das políticas públicas voltadas à área de saúde durante a pandemia da COVID-19. A problematização do tema “formação de agenda” norteará o referencial teórico e metodológico a fim de abordar as questões pertinentes ao campo das políticas públicas de saúde no contexto brasileiro. O problema de pesquisa visa apurar como se configuram as escolhas acerca da formação de agendas em políticas públicas na área da saúde. A hipótese defende a ideia de que a mídia exerce um papel central na escolha das prioridades sociais através do discurso dirigido aos grupos de interesse.

Para isso, será desenvolvida uma análise das políticas públicas a partir da sua conceituação, ciclo da política e feita uma observação acerca da influência dos meios de comunicação no campo das políticas públicas na área da saúde, mais especificamente na fase identificada como *agenda setting*. Nesse sentido, o artigo está organizado em três seções. A primeira seção apresenta os diversos conceitos de políticas públicas e ressalta os pontos em comum mais pertinentes a este estudo. A segunda seção trata do detalhamento da fase da formação da agenda bem como de suas subfases. A terceira seção analisa o papel da mídia na formação da agenda e seu grau de influência nesse processo. Por fim, a quarta

seção aborda um caso concreto em que a repercussão dada pela mídia resultou em medidas diretamente relacionadas à área de saúde pública.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: TRABALHANDO OS CONCEITOS

O conceito de política pública não foi lapidado de forma unívoca. Diversos teóricos debruçaram-se sobre o assunto, criando várias definições sobre o tema. Dentre eles, quatro destacam-se por sua relevância: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Inicialmente, H. Laswell desenvolveu a expressão "*policy analysis*" (análise de política pública), nos anos 30, com o fim de ligar o conhecimento acadêmico às ações governamentais e justificar no campo teórico as medidas tomadas pela administração. A literatura norte-americana sobre *policy analysis* diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de *polity* para denominar as instituições políticas, *politics* para os processos políticos e, por fim, *policy* para os conteúdos da política (FREY, 2000).

David Easton, em 1965, foi o primeiro teórico a elaborar uma definição de política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Celina Souza afirma que políticas públicas são produto de *feedbacks* entre partidos, mídia e grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Tal definição é por demais conveniente ao nosso estudo, pois entendemos que a mídia exerce papel preponderante na escolha das prioridades relacionadas às políticas públicas.

No início da década de 80, Lindblom inovou ao agregar novos elementos ao conceito de políticas públicas, a saber: as eleições e suas implicações, as burocracias, os partidos políticos e, particularmente, relacionando-se diretamente a este estudo: os grupos de interesse. Esses grupos de interesse são, por definição, o público-alvo das políticas públicas, e em certa medida, do discurso midiático. Grupos de interesse podem ser entendidos como parcelas da população unidas por objetivos comuns, ou problemas comuns, que produzem demandas a serem equacionadas pela administração pública. Essas coletividades são usuárias do aparato midiático em larga escala. São tantas emissoras de discurso se valendo dos meios de comunicação para propagar seu clamor, quanto receptoras, a partir do momento em que, movidos pelo discurso elaborado pela mídia, ampliam, reveem ou criam novas demandas. Embora haja dissonâncias entre os inúmeros conceitos acerca do tema, é ideia comum à maioria deles que políticas públicas se relacionam à prestação de serviços públicos por parte do Estado a fim de desenvolver ações que conciliem interesses de uma sociedade que vive em determinado local. É pressuposto básico de todas as teorias acerca do tema que as políticas públicas envolvem a produção de bens públicos, cabendo

ao Estado a garantia de políticas que se processam oriundas de diversos interesses, necessidades e demandas de dada população que vive em um mesmo território (RODRIGUES, 2010).

O início da institucionalização do termo “políticas públicas” como ação de governo devidamente planejada e implementada com objetivo de desenvolver determinado projeto a fim de atender a uma demanda social remonta ao fim da década de 50. O contexto da Guerra Fria forçou os Estados Unidos a mudarem sua visão de administração pública ante as restrições econômicas e no quadro político internacional. Relembra Souza (2006):

[...] na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos EUA foi Robert McNamara, que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*. O trabalho do grupo de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos etc., influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006, p. 22-23).

Assim, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, foi desenvolvido o conceito de política pública como conjunto de ações cientificamente elaboradas a fim de atenderem demandas sociais. Com o passar do tempo, tal conceito foi sendo aprimorado e, posteriormente, desenvolveram-se as teorias do “ciclo das políticas públicas”. Como todo processo complexo, o desenvolvimento das políticas públicas se dá em fases contínuas e subsequentes. De acordo com esse modelo, as políticas públicas são formadas por um conjunto de “etapas” que visam a atender às demandas e interesses da sociedade (RODRIGUES, 2010).

No que tange ao ciclo formador das políticas públicas não há uma teoria dominante. Subsistem na literatura diversas vertentes que distinguem algumas etapas no processo. Uma das mais tradicionais afirma que o ciclo das políticas públicas é constituído pela percepção do problema, agenda *setting*, elaboração dos programas, implementação da política, avaliação da política e a eventual correção da ação. (FREY 2000). Ainda, nesse sentido, cabe ressaltar a importância da opinião pública e como influencia em seu desenvolvimento. Nas palavras de Pase (2012):

[...] outra possibilidade interpretativa é a do ciclo de política, cuja abordagem afirma que a definição da agenda é crucial para a elaboração e implementação das políticas públicas. Essa definição ocorre em vários momentos durante o processo político decisório,

desde as eleições, na disputa no legislativo, até a mobilização dos grupos de interesse, movimentos sociais e/ou a disputa e formação da opinião pública (PASE, 2012, p. 124).

A próxima seção aborda de forma mais amíúde o desenvolvimento da fase de agenda *setting* e desenvolve a questão da pressão exercida pelos grupos de interesse através dos meios de comunicação nesse contexto. Dada a grande importância dessa fase, pretende-se discutir em que medida ela pode ser alterada pelos meios de comunicação e quais os fatores atribuem-lhes legitimidade para tanto.

3 A FORMAÇÃO DA AGENDA

Em que pese o fato da formulação da agenda tratar-se de processo que envolve vários fatores, há que se considerar a opinião pública como um dos mais importantes dentre eles. A mobilização da mídia, através da difusão da informação, ganha relevância se levado em conta o poder de influência dos meios de comunicação em cooptar opinião pública. Segundo Frey (2000):

[...] um fato pode ser percebido, pela primeira vez, como um problema político por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública. Frequentemente, são a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar (FREY, 2000, p. 227).

Isto posto, infere-se que os grupos de interesse são o público-alvo do discurso dirigido pela mídia, representando, talvez não fielmente, mas certamente de alguma forma, a opinião pública. A formação da agenda é um dos pontos cruciais a ser levado em conta no ciclo das políticas públicas, pois se trata do momento em que são definidas as prioridades que irão nortear as decisões dos agentes políticos. Capella (2010) elenca dois modelos de formulação de agenda governamental que se distinguem pela forma de elaboração: o Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams*) e o Modelo de Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium Model*). O primeiro modelo firma-se na premissa de que existem algumas questões que são melhor aceitas no ingresso à agenda governamental quando os fluxos de problemas, soluções e fluxo político convergem, abrindo espaço para que problemas atraiam a atenção dos empreendedores políticos (*policy entrepreneurs*) e, conseqüentemente, haja a produção de projetos. É precisamente nesse contexto de aceitação que o discurso introduzido pela mídia ganha relevância ao promover o empoderamento de determinado grupo de interesse e legitimar seu discurso buscando a prioridade na agenda. No tocante ao Modelo de Equilíbrio Pontuado, para que um problema chame a atenção do Governo é necessário que novas ideias surjam, tornem-se populares e se disseminem, permitindo que o entendimento acerca da

política seja comunicado de forma simples e direta entre os membros de certa comunidade, contribuindo para mudanças rápidas e acesso de uma questão à agenda de Governo (CAPELLA, 2010).

Isso posto, cabe a reflexão acerca do poder de mobilização exercido pela mídia, principalmente em um contexto de países com perfil democrático ainda em consolidação, como o Brasil (COUTO, 1988). Nesse sentido, assevera Lobo (1998):

[...] está implícita nesta afirmação a premissa de que os cidadãos não costumam organizar-se em torno de interesses específicos - desde Tocqueville um dos elementos fundamentais para preservar a liberdade política na democracia de massa - mas que eles deixam-se levar pelas paixões e emoções instantâneas. Decorrem dessa inclinação mudanças, muitas vezes repentinas e radicais, dos rumos políticos nos governos tanto nacionais, estaduais como municipais, que se manifestam não apenas na descontinuidade político-administrativa na transição de um governo para o outro (LOBO, 1998, p. 82).

Em outras palavras, a volatilidade na ordem de prioridades sociais é uma característica predominante em democracias não consolidadas, como as da América Latina. Acredita-se que esse contexto de inconstância nas demandas populares favorece a mudança de direcionamento da opinião pública através do discurso midiático.

Em que pese o fato de só o sistema político ter legitimidade para agir no sentido de criação de ações voltadas aos interesses da sociedade, as estruturas comunicativas competentes são acionadas por meio da opinião pública e reagem através da elaboração de medidas satisfatórias a fim de atenderem às demandas que lhes causam mais impacto. "A opinião pública, transformada em poder comunicativo, segundo os procedimentos democráticos, não pode reger o sistema administrativo, mas pode direcioná-lo" (HABERMAS, 1999, p.23).

4 A MÍDIA COMO PROTAGONISTA DE MUDANÇAS NA AGENDA

A mídia como elaboradora de discursos e difusora de ideias goza de livre acesso à opinião pública. A forma como dirige seu discurso pode direcionar a sociedade civil a produzir novas demandas ou reascender antigos anseios, tais como: reforma tributária, redução da maioria penal, *impeachment*, entre outros. Diversos autores defendem a influência dos meios de comunicação na elaboração e estruturação de políticas públicas. Como afirma Penteadó e Fortunato (2015):

[...] o Estado tem o papel de agente promotor e é responsável pela criação, desenvolvimento e implantação das PP¹. Contudo, ele é permeável a influências internas (dos seus agentes, da burocracia, das normas institucionais, da acomodação de interesses políticos, etc.), e externas (movimentos populares, grupos de interesses, mídia etc.). A atividade de governar e de formular PP é complexa, pois, além das influências (internas e externas), também é afetada pelos fatores estruturais, pela cultura política e até mesmo pela conjuntura política (interna e internacional) (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 130).

Parcela considerável da comunidade científica ressalta a importância da mídia para o jogo político como instrumento de mediação entre instituições, atores políticos e sociedade civil, traduzindo-se em espaço de cooptação de formação de opinião pública. Atualmente, com o desenvolvimento dos instrumentos de tecnologia da informação (dando-se destaque à internet), a mídia tem se consolidado muito mais do que simplesmente um veículo de informação com a função passiva de relatar fatos, mas uma ferramenta efetiva de participação popular. Os meios de comunicação passaram a exercer papel de ator político, viabilizando a atuação política da sociedade civil.

Programas políticos são criados ou extintos com o objetivo de atender às demandas veiculadas pela mídia, principalmente a eletrônica. Esse ambiente midiático se mostra uma via de mão dupla, na qual grupos de interesse manifestam suas expectativas, realizam o *accountability* em relação a seus representantes e, por sua vez, os mesmos representantes o utilizam como termômetro para desenvolver ou corrigir seus programas políticos. É, nesse sentido, que se afirma a influência da mídia na criação de políticas públicas. Tal influência se manifesta de forma mais pungente na fase de agenda *setting*, ou seja, na escolha das prioridades ou dos grupos de interesse a serem atendidos em primeiro lugar.

Nesse sentido, inobstante certo esquecimento do debate acerca do papel atuante da mídia na mobilização da sociedade civil, tal fenômeno sempre despertou a atenção da comunidade científica. Para Lima (2000, p.176), a mídia representa “palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade”. Ainda nesse viés, Penteado e Fortunato (2015) reforçam a ideia, introduzida anteriormente por Lima, (2000) que caracteriza o Brasil como uma sociedade *media-centered*, ou seja:

[...] através dos veículos de comunicação, as ideias, ações e discursos ganham importância (conhecimento) perante a sociedade, criando espaços de disputas simbólicas (discurso político) que a afetam como um todo. Nesses espaços, ocorrem disputas pela hegemonia política e a fabricação de um consenso como forma de dominação política estruturada na capacidade de persuasão. Os meios de comunicação também possuem certa

¹ Políticas públicas

centralidade social, associada a seu papel no processo de socialização contemporâneo, a partir da qual o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e as normas sociais (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 133).

Com o advento da internet, o ambiente virtual se firmou como o meio mais popular de disseminação de informação. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm demonstrado ser uma via alternativa para a reestruturação das relações entre sociedade e Estado. Esse fenômeno tem colaborado para uma crescente participação popular no campo político, permitindo o acesso da grande massa ao contexto político nacional. No contexto político contemporâneo, principalmente a partir da década de 90, houve a valorização da opinião pública, em função do dinamismo que a mesma adquiriu através da comunidade virtual. Atualmente, representantes eleitos e partidos políticos monitoram diuturnamente o ambiente virtual com o fim de verificar os níveis de aceitação atingidos por suas declarações e atos políticos. Ainda nessa esteira, defendendo o papel de centralidade da mídia nas decisões políticas, Miguel (2002) observa a preocupação dos políticos com sua imagem, que pode ser elevada ou grandemente comprometida, de acordo com a repercussão de suas decisões:

[...] os meios de comunicação de massa ampliam o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, que ficam expostos, de forma mais permanente, aos olhos do grande público. Parte da nostalgia da política pré-midiática se deve à ausência atual de "grandes líderes". Como observa Meyrowitz, isto se deve não à falta de candidatos a esta posição, mas "à superabundância de informações sobre eles", isto é, à exposição de suas falhas, vacilações e equívocos. Para quem sonha com o *glamour* de um mundo salpicado de grandes homens, isto é mau. Do ponto de vista da prática democrática, porém a desmistificação dos líderes políticos pode ser encarada como um progresso (MIGUEL, 2002, p. 158).

O autor ressalta o acesso à informação como um fator positivo da atuação da mídia frente à prática democrática. Tanto isso é procedente que o princípio da publicidade dos atos administrativos é assegurado expressamente no texto da Constituição Federal/88. Isto significa que a publicidade, como princípio democrático, é prática extremamente salutar ao processo democrático. Dessa forma, os meios de comunicação contribuem consideravelmente para a implementação da transparência e podem influenciar diretamente no processo de tomada de decisões dos agentes políticos.

Em estudo realizado por Penteado e Fortunato (2015), os autores afirmam que os meios de comunicação interferem no campo político criando uma "dinâmica própria dentro do jogo" e estabelecendo regras próprias a esse jogo político. A mídia mostra-se um novo espaço de embates discursivos, bem como fornece novas "armas" para a disputa política. No contexto de uma sociedade em rede, o poder

da comunicação é essencial na disputa pela aceitação política, principalmente por sua capacidade de criação de sentidos e significados. Com a crescente multiplicação dos meios de comunicação, e sua maior diversidade alcançada devido aos avanços tecnológicos, é inegável que a mídia tem alcançado um número cada vez maior de pessoas e, no mínimo, fomentado as discussões sobre os assuntos das mais diversas ordens, dentre elas a política. Com essa ampliação no espectro de atuação dos meios de comunicação, cresce sensivelmente a ingerência da mídia nas relações sociais. Penteado e Fortunato (2015) adverte que:

[...] hoje, as diferentes mídias fazem parte, direta ou indiretamente, do cotidiano da maioria da população, sejam como fonte de trabalho, fonte de informação, entretenimento e/ou mecanismo de comunicação/interação social. Nesse contexto, a mídia assume centralidade na vida humana, tornando-se palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 132).

A ideia do Brasil como uma sociedade *mídia-centered* (LIMA, 2000) coloca o país em um contexto no qual as ideias que são propagadas pelos meios de comunicação ganham maior relevância perante a sociedade, e assim são criados espaços de disputas simbólicas e discursivas. Esses espaços representam campos de tensionamento pela hegemonia política e pela cristalização de um consenso com o fim de dominação política baseada na capacidade de persuasão das massas. Dessa forma, os meios de comunicação possuem considerável centralidade social, relacionada ao processo de socialização contemporâneo, no qual a sociedade civil e as pessoas individualmente internalizam a cultura do grupo, disseminada sistematicamente pelo sistema da mídia. Segundo Lima (2000, p. 127), “a centralidade da mídia decorre de sua potencialidade para construção da realidade por meio da representação transmitida em seus canais sobre os diferentes aspectos da vida humana”.

Por outro lado, Penteado e Fortunato (2015) advertem que, apesar da mídia e seus aparelhos serem importantes fatores no contexto político, a política não se subordina diretamente a ela. Há quem atribua pouco valor à atividade midiática no contexto político. Nesse sentido, segundo ele, os meios de comunicação são “meros transmissores dos discursos dos agentes e das informações sobre a realidade, neutros e, portanto, negligenciáveis” (MIGUEL, 2002, p. 156). Pierre Bordieu (*apud* PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 134) também é lembrado a partir da afirmação que, “apesar da inegável centralidade da mídia na sociedade contemporânea, ela e a política formam dois campos diferentes, guardando certo grau de autonomia, sendo que a influência de um sobre o outro se torna um processo de mão dupla”.

Convém ressaltar que a mídia não é por si só detentora de um discurso hegemônico sobre o sistema de políticas públicas. Não se pretende com este estudo defender a ideia de uma ditadura midiática. Muito antes, e pelo contrário, cabe salientar o papel importante da mídia como agente de publicização e transparência dos processos políticos. Os meios de comunicação de massa (televisão, internet, jornais) tendem a favorecer o *accountability* vertical e a estimular a participação da sociedade civil. Nesse sentido, Penteado e Fortunato (2015):

[...] apesar de a mídia e seus diferentes veículos serem importantes dentro da atual configuração política, é preciso indicar que a política não se subordina a ela. Miguel (2002) sustenta que o rápido desenvolvimento tecnológico das comunicações trouxe importantes mudanças no ambiente político ao longo do século XX (e também agora no início do século XXI), como um novo mecanismo e espaço de contato entre líderes políticos e os cidadãos, a formulação de uma nova relação entre a população e os temas públicos (incluindo as PP), e até criando uma nova dinâmica no processo de governança e *accountability* (mecanismo de prestação de contas perante irregularidades governamentais) (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 133).

Em que pese a ressalva acerca do papel informativo e inclusivo da mídia, em se tratando de direcionamento de discurso, deve-se atentar para a reflexão de Sartori (1998), que identifica dois fatores emblemáticos e conexos: o controle dos governos sobre a opinião pública, reduzindo o nível de racionalidade e a possibilidade de planejamento a médio-longo prazo das decisões políticas e administrativas, e o controle desta mesma opinião pela mídia eletrônica. Pode-se verificar, assim, o caráter de ator influente no cenário político exercido pelos meios de comunicação. Tal característica manifesta-se constantemente em campanhas eleitorais e, principalmente, no direcionamento das atenções quanto às atuais prioridades da gestão. Destarte, observa-se que o discurso midiático é uma via de mão dupla, na qual transitam influências por parte de ambos os lados, ou seja: governantes e governados. Nesse sentido, aponta Sartori (1998):

[...] por otra parte, cuanto más se abre y se expone una opinión pública a flujos de información exógenos (que recibe del poder político o de instrumentos de información de masas), más corre el riesgo la opinión del público de convertirse en "hetero-dirigida", como decía Riesman (SARTORI, 1998, p. 70-71).

Assim, observa-se que a mídia mobiliza opinião pública e causa repercussão, realizando um discurso amplo e bifronte: ao mesmo tempo em que incita grupos de interesse, indica aos governantes quais grupos apresentam as questões mais urgentes. Segundo Pase (2012), um fato pode ser percebido como um problema político de relevância por grupos sociais, pelos políticos, pela própria administração

pública e, igualmente, pela mídia e outras formas de comunicação social. Essa etapa é fundamental para o processo decisório, na medida em que diversos atores entram em confronto para incluir os problemas na agenda governamental.

Entretanto, problemas só entram na agenda a partir do momento em que adquirem relevância do ponto de vista político-administrativo. Corroborando esse entendimento, Ferrarezi (2006) ressalta que a interação entre a sociedade civil e organizações nacionais e internacionais, assim como entre os Estados, tem-se intensificado, como consequência da globalização econômica e do comércio, potencializadas pela evolução dos meios de comunicação e da informática. Ferrarezi (2006) destaca como características do modelo político moderno:

[...] a mudança profunda e rápida do contexto econômico e institucional, os problemas de complexidade crescente vinculados à globalização, que levam à necessidade de competir na economia mundial e à internacionalização de muitos assuntos que anteriormente eram preocupações domésticas, a diversificação das necessidades da sociedade, as novas tecnologias da informação e o papel decisivo da mídia, a crescente participação dos usuários e grupos de pressão nos processos decisórios e a exigência de maior transparência e provisão de informação em todas as áreas de ação governamental (FERRAREZI, 2006, p. 24-25).

Da mesma forma como os grupos de interesse, os agentes políticos se utilizam do mesmo expediente com o fim de aumentarem seus índices de aceitação. A fim de ilustrar a participação da mídia na área da saúde pública, cabe destacar a matéria do periódico especializado "Saúde em Debate", asseverando a exploração dos meios de comunicação como tentativa de autopromoção por parte do Governo Lula. Teixeira e Paim (2005) argumenta que:

[...] a ampliação da atenção básica através do PSF² os esforços para a formulação de políticas para a assistência hospitalar, urgências e a chamada 'mídia e alta complexidade', além da elaboração e aprovação do Plano Nacional de Saúde e dos Pactos pela Saúde, também podem ser consideradas intervenções relevantes para o SUS. Contudo, iniciativas como Farmácia Popular e Brasil Sorridente, que compuseram a publicidade do governo na saúde, reforçam a tendência de privilegiar projetos de impacto na mídia em detrimento de políticas públicas comprometidas com a radicalização da RSB³ (TEIXEIRA; PAIM, 2005, p. 279).

² Programa Saúde da Família

³ Reforma Sanitária Brasileira

Ainda nessa linha de argumentação, trazida a lume por Freitas (2007, p.68), observa-se a pressão social exercida por jornais de circulação nacional com o fim de criticar explicitamente a gestão federal do sistema de saúde e, assim, mobilizar a opinião pública. Segundo Freitas (2007):

[...] são constantes as evasivas de governos inconsequentes que tentam desprover de conteúdo os direitos sociais, priorizando políticas que os esvaziam de sua qualificação constitucional. A autora destaca o disposto na Emenda Constitucional (EC) 29, que vincula percentuais mínimos para a saúde “e que devem ser cumpridos sem maquiagem e outros artifícios” e outros ditames legais e constitucionais. Na Folha de São Paulo (de 4/6/2006), Jânio de Freitas, em sua coluna, realiza uma “crítica ao governo Lula, que incluiu ações, como o Bolsa Família, nas despesas com saúde com o único fim de tentar maquiar os gastos com saúde, em razão dos recursos mínimos que a Constituição impõe aos entes federados”. O quadro de desfinanciamento da saúde pública coloca o Brasil em ‘estado de choque’, gerando intensa repressão de demanda, com congestionamento nos pronto-socorros, precarização da atenção básica preventiva e predomínio de intervenções tardias e o retorno de doenças consideradas extintas. Enquanto isso, ocorre a expansão da saúde privada, via planos de saúde para a classe média (FREITAS, 2007, p. 68) (grifo do autor).

A campanha publicitária demandada pelos grandes meios de circulação empreendida em 2006 surtiu efeitos consideráveis. Mesmo em um contexto econômico desfavorável, houve a instituição do Programa de Aceleração ao Crescimento do sistema de saúde, e, ao fim do ano em questão, a suspensão do imposto sobre as movimentações financeiras (CPMF). Certamente a propaganda negativa acerca da má gestão dos fundos arrecadados pela CPMF contribuiu para essa reformulação na política tributária. De acordo com pesquisa do IPEA (2008):

[...] o ano de 2007 foi marcado por mais uma mudança ministerial na área da saúde. Conforme apontado na edição anterior deste periódico, o novo ministro colocou em destaque alguns pontos da agenda de saúde e apresentou uma proposta de reorganização/ priorização das ações na área. Os pontos que receberam maior ênfase no debate foram as questões do aborto, do alcoolismo e do tabagismo. A proposta apresentada recebeu, inicialmente, a denominação de PAC-Saúde, e depois de Mais Saúde. Especial relevância foi observada também na discussão em torno da proposta de um novo modelo de gestão na área hospitalar, qual seja, o das fundações estatais. [...] A promoção e prevenção em saúde parecem também ganhar maior relevância nesta programação. A seção Fatos Relevantes discorre ainda sobre o fim da CPMF e suas implicações para o financiamento da saúde (IPEA, 2008, p. 1).

Analisando-se as redes relacionadas às políticas públicas, pode-se verificar como estas se organizam em torno de objetos de cunho coletivo, apresentando-se por meio de políticas públicas setoriais. “A redes

são formadas, principalmente, por parcerias compostas por organizações que atuam de forma objetiva para produzir práticas de ação política associadas a projetos, ideologias e identidades” (EGLER, 2010, p. 229). Em outros termos, pode-se verificar que os processos de associação se desenvolvem através de uma ação conjunta e identitária, com o escopo de promover transformações sociais, juntamente a projetos de intervenção que orbitam em torno de políticas setoriais a elas relacionadas.

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que as redes se conectam por compartilharem a mesma ideologia, como se observa em organizações que militam pela dignidade social ou pela qualidade dos serviços públicos, entre eles a saúde, educação e segurança. EGLER (2010, p. 230), ressalta que:

[...] trata-se de reunir num mesmo espaço atores originários de diversas esferas, para formar um novo espaço público para a ação compartilhada. As redes temáticas colocam em relação sujeitos, instituições, empresas e redefine a sua ação permitindo novas parcerias em torno de objetos compartilhados de ação. Por isso a tecnologia permite redefinição de totalidades sociais mais flexíveis e interativas. O progresso da tecnologia possibilita essa multiplicidade de interações e transforma as possibilidades de ação social para além das relações espaço-temporais da modernidade industrial. Dessa forma, é constituído o tecido que forma as redes tecnossociais (EGLER, 2010, p. 230).

As novas formas de associação, via redes de informação, são consequência do surgimento de novos grupos com novas identidades individuais e coletivas. A sociedade contemporânea promove a eclosão de novos sentidos de pertencimento ao contexto social mais complexo. As redes viabilizam uma nova alternativa de organização dos grupos sociais, até mesmo dos países, e as TICs se mostram eficazes ferramentas tecnológicas que viabilizam a constituição de espaços de mediação entre atores públicos e privados.

A informação e facilidade de comunicação proporcionada pela tecnologia ampliam a capacidade de participação social; reorganizam as escalas de associação social; e permitem a criação de novas formas de organização política e da ação coletiva. “As novas formas de interação entre redes sociais e Estado criaram uma forma alternativa de constituição do “Nós” e de sua possibilidade de agir coletivamente” (EGLER, 2010, p. 214).

5 A PANDEMIA DA COVID-19 E A MÍDIA NO BRASIL

Vive-se um momento muito delicado à nível mundial em consequência da Pandemia da COVID-19, uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, cuja vacina já foi desenvolvida, tendo iniciado a campanha de vacinação em meados de janeiro de 2021, porém com um baixo percentual de imunizados

até o momento (5.107.203 pessoas receberam a primeira dose e 1.154.975 pessoas receberam a segunda dose) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Essa situação tem ocasionado um colapso no sistema de saúde mundial, quadro este que se repete no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde (2021), até o dia 24 de fevereiro de 2021, o país contabilizou 10.257.875 casos confirmados da COVID-19 e 248.529 óbitos. Tal situação “fez com que o poder público fosse incumbido da difícil tarefa de planejar e adotar medidas visando à contenção e ao combate à doença” (SOMBRA; GUIMARÃES; CATTLEY, 2020).

No contexto atual, a mídia que vinha sofrendo nos últimos anos com a falta de credibilidade no trabalho jornalístico e nos principais veículos de imprensa está tendo oportunidade de retomar seu protagonismo diante à sociedade brasileira. Em uma pesquisa⁴ realizada pela Edelman Trust Barometer, em 2020, a nível global, foi demonstrado que no Brasil com relação à preocupação com a credibilidade das informações sobre o vírus, 85% dos entrevistados se preocupam com que haja muitas *fake news* e informações falsas sendo espalhadas sobre o vírus, para 52% tem sido difícil encontrar informações confiáveis e de credibilidade sobre o vírus e seus efeitos. Uma outra constatação é que 59% estão obtendo a maior parte das informações sobre o vírus através dos principais veículos de imprensa e 50% acreditam que estes são os porta-vozes mais confiáveis de cientistas, autoridades e médicos (EDELMAN TRUST BAROMETER, 2020).

Nessa crise sanitária aguda, as ações do Estado direcionadas ao sistema de saúde têm extrema importância. A mídia, em todas as suas formas, tem fiscalizado, observando as ações dos entes públicos e privados que estão repercutindo na vida e na rotina dos cidadãos. Ela também tem executado o papel de cobrança, expondo e exigindo os ajustes de posicionamento e das ações dos agentes públicos. Não obstante, vê-se uma mídia que tem reinventado sua relação com a política pública de saúde apresentando um entendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma conquista da sociedade brasileira e que, em meio a tantos problemas existentes, tem um papel crucial para o combate à COVID-19. Isso, porque, a abordagem midiática não tem se resumido a enfatizar “os erros do SUS, responsabilizando gestores ou técnicos, não divulgando tudo que o SUS realiza de positivo, como as ações de prevenção de doenças e de promoção à saúde” (MEDEIROS; SOUZA, 2017, p. 116).

Retomando ao debate do SUS, este se constitui em uma política pública que tem como um de seus princípios a universalização, cabendo “ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido à todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, [s.d]). Essa política é alicerçada nos moldes do Bem-

⁴ Sondagem on-line em 10 países (África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) Todos os dados têm representatividade nacional em termos de idade, região e gênero, foram 10.000 entrevistados (1.000 por país).

Estar Social e desde sua criação, tem vivenciado permanentes tensões. De um lado, buscando garantir a universalidade, igualdade e a integralidade do atendimento, de outro, tentando gerenciar a “crise dos serviços de atenção médica, mais agudamente manifestada na desorganização dos hospitais e dos ambulatorios, em que se misturam ingredientes perversos: filas, atendimento desumanizado, pacientes nos corredores” (LEIVAS, 2004).

A pandemia fez emergir o protagonismo do SUS, que vem recebendo intensiva atenção no intuito de atender os casos e realizar o necessário enfrentamento da pandemia. Contudo, além das dificuldades clássicas de sub financiamento e da disputa conceitual com concepções privatistas do Estado, as políticas públicas de saúde se veem envolvidas no centro das discussões do sistema político brasileiro, deixando de serem vistas como grandes vilãs para se tornarem grandes aliadas da sociedade no enfrentamento da COVID-19, tendo em conta que menos de 25% da população brasileira tem acesso ao sistema privado de saúde (GUIMARAES, 2020).

Essa releitura sobre a relevância do SUS tem feito com que a mídia repense a questão do Estado mínimo, tão defendido por grande parte dos meios de comunicação nas últimas décadas, com a justificativa da ineficiência na gestão da “coisa” pública. A pandemia revelou a vital necessidade da presença estatal, e não só na saúde. Fez-se necessárias diversas medidas governamentais para evitar os desastrosos efeitos da pandemia no setor econômico que certamente resultaria na ampliação das desigualdades socioeconômicas tais como o Auxílio Emergencial “destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus – COVID-19” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020) e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda que se destina “aos trabalhadores que apresentarem redução de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho em função da crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

O que tem ocorrido é que a pandemia colocou em xeque os princípios do neoliberalismo, escancarando uma verdade que só é escrita nas entrelinhas dos apoiadores ferrenhos desse modelo: o setor privado só investe onde o lucro é garantido. Isso tem ocasionado uma reflexão, por parte da mídia e da sociedade, com relação ao Estado, tendo em vista que o que é encarado como “gasto” pelo setor privado em ações sociais, necessita, com urgência, ser tratado como “investimento”.

Começa-se a questionar: a tal “mão invisível” do mercado é realmente invisível ou simplesmente não existe? Esse questionamento coloca em pauta a reformulação estatal nos moldes do Estado de Bem-Estar Social. É sabido que o Estado de Bem-Estar social tenta erguer uma rede de proteção social para todos, e mesmo

que essa reanálise não seja feita de forma explícita ela está presente em manchetes como “Ainda bem que temos o SUS” (REVISTA ISTO É, 28/02/2020), “Governadores e prefeitos precisam garantir a merenda escolar das crianças” (JORNAL O GLOBO, 20/04/2020), “Pandemia trouxe a redescoberta do SUS”, diz presidente de conselho de secretários municipais” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 7/06/2020).

Esse novo olhar com relação à presença do Estado não tem sido exclusividade do Brasil. Como afirma o ex-ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes, em entrevista concedida ao Saúde Mais TV (2020):

Não há dúvida nenhuma de que, olhando para o mundo, para os Estados Unidos, Reino Unido, para França, Itália para Espanha, rapidamente e todos os governos perceberam a importância de ter sistemas de saúde de raiz pública com uma forte componente pública que respondam por situações destas, que são situações inesperadas e de pandemia, mas também pelas respostas às necessidades de saúde dos cidadãos (SAÚDE MAIS TV, 23/04/2020).

Nos Estados Unidos, por exemplo, “os custos do acesso à saúde é um dos mais caros do mundo. [...] A cobertura médica privada, por sua vez, geralmente não custeia todos os tipos de serviços” (NIERG, 2018). De acordo com Jonathan Oberlander⁵, em entrevista concedida à André Duchiae (2020), “não há um sistema, em termos de lógica, de racionalização, de organização, de objetivo. É um modelo muito fragmentado, com muitos buracos e muita falta de organização. As pessoas têm diversos tipos de cobertura, que variam drasticamente” (DUCHIADE, 2020). Aliado a isso, cerca de 27 milhões de norte-americanos não tem condições de pagar por tratamento de saúde.

Até o momento, os Estados Unidos têm 28.279.131 confirmado e acumula 502.432 óbitos decorrentes da COVID-19 (THE NEW YORK TIMES, 2021), o que também tem feito a mídia daquele país ser permeada por questões que envolvem ações vinculadas ao Estado de Bem-Estar Social como podem ser observadas nas manchetes: “*Coronavirus Is a Crisis. Might It Also Narrow Inequality?* Economic downturns have often led to political moves to lift the most vulnerable. But recoveries tend to reverse the effect” (THE NEW YORK TIMES, 25/06/2020). “*As Hunger Swells, Food Stamps Become a Partisan Flash Point: Democrats are seeking to raise benefits as research shows a rise in food insecurity without modern precedent amid the pandemic. But Republicans have balked at a long-term expansion of the program*” (THE NEW YORK TIMES, 6/05/2020). “*Hunger Program’s Slow Start Leaves Millions of Children Waiting: Child hunger is soaring, but two months after Congress approved billions to replace school meals, only 15 percent of eligible children had received benefits*” (THE NEW YORK TIMES, 26/05/2020).

⁵ Professor de Medicina Social da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill.

Todos esses posicionamentos podem ocasionar novas demandas na agenda política governamental. Provavelmente essa deve ser a razão dos contínuos ataques feitos pelo atual presidente da república, Jair Bolsonaro, aos meios de comunicação. Nesse sentido, “em se tratando da relação com os meios de comunicação tradicionais, a postura do Palácio do Planalto e seus apoiadores atropela, cotidianamente, os princípios constitucionais, os marcos legais em vigor no país e os direitos humanos” (PITA, 2020, [s.p.]). O governo atual tem prestado, muitas vezes, um desserviço nessa Pandemia, quando incentiva a não utilização de máscaras ou é exemplo de descaso com os protocolos de prevenção ao contágio.

Hoje, o poder da mídia em criar agendas no setor da saúde e de fiscalizar a execução das ações do poder público foram amplificados. Isso, muito em razão, do ganho de credibilidade dos últimos meses. Como explanado na fala de Antônio Guterres, secretário geral das Nações Unidas, os “jornalistas e profissionais da mídia são cruciais para nos ajudar a tomar decisões informadas. À medida que o mundo luta contra a pandemia da COVID-19, essas decisões podem fazer a diferença entre a vida e a morte” (ONU, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação demonstrou que a mídia tem uma grande força mobilizadora de opinião, sendo agregadora de preferências. Contudo, ela vem recebendo ataques do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, e dos adeptos ao seu governo. Ao mesmo tempo, essa mídia passou a ter mais credibilidade e ampliou sua atuação ganhando mais força.

Desde o início da Pandemia da COVID-19, no Brasil, é possível perceber uma retomada de confiabilidade nos grandes meios de comunicação por parte da população. Além disso, essa mesma mídia que atacava e criticava ferozmente a política pública de saúde, personificada através do Sistema Único de Saúde, tem dado ênfase a sua importância e ao seu protagonismo para a contenção e tratamento da COVID-19.

Espera-se que essa nova percepção do SUS, pela mídia, abra caminho para a discussão da importância da presença do Estado nos mais diversos setores da sociedade, contestando o modelo de Estado mínimo, defendido nas últimas décadas como a saída para a presumida ineficiência estatal. Isso porque tem sido exposto que a autorregulação do mercado não dá conta das grandes questões sociais. Em meio à pandemia da COVID-19, as contradições do neoliberalismo têm sido expostas, além da sua incapacidade de proporcionar a redução das desigualdades socioeconômicas.

O repensar do Estado não é exclusividade, nesse momento, do Brasil. Como foi demonstrado, os Estados Unidos têm seu sistema de saúde majoritariamente privado e com os custos para seu acesso se configurando como um dos mais altos do mundo, também não tem conseguido dar respostas efetivas na contenção à pandemia. Em resposta, a mídia tem revelado os contrassensos de seu sistema de

saúde, o que tem aberto caminho para o pensar sobre ações nos moldes do Bem-Estar Social e o quão é importante medidas de proteção social para todos.

A atual perspectiva dos meios de comunicação tem o potencial, se utilizado adequadamente, de criar demandas à agenda política dos governos, tendo em conta a capacidade desta em mobilizar e influenciar as sociedades.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. B. **SUS: elemento central para enfrentar a pandemia de coronavírus** [online]. Tribuna do Planalto. Publicado em 19 de maio de 2020. Disponível em: <<http://tribunadoplanalto.com.br/2020/05/19/artigo-sus-elemento-central-para-enfrentar-a-pandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio emergencial**. 2020. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx#1827asp>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

CÂMARA LEGISLATIVA. **CPI da Máfia das Próteses**. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/saude/492401-cpi-da-mafia-das-proteses-aprova-relatorio-final-com-propostas-para-coibir-fraudes.html>>. Acesso em 01 dez. de 2020.

CAPELLA, A. C. N. Transformando Idéias em Ação: O Papel dos Empreendedores de Políticas Públicas. *In: 34º Encontro Anual da Anpocs*, 25 a 29 de outubro de 2010 - ST 27: Políticas Públicas: Instituições, Idéias e Redes. 2010.

COUTO, C. G. A Longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. *In: DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 51-86, 1998.

DUCHIADE, A. **Pandemia de coronavírus evidencia fraquezas do modelo de saúde dos EUA**. Jornal o Globo. Publicado em 15 de março de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/pandemia-de-coronavirus-evidencia-fraquezas-do-modelo-de-saude-dos-eua-24306045>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

EDELMAN TRUST BAROMETER. **Relatório Especial Edelman Trust Barometer 2020: Confiança e o Coronavírus**. Período do trabalho de campo: 6 de março – 10 de março de 2020. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/sites/g/files/aatuss291/files/2020-03/Edelman%20Trust%20Barometer%202020_Coronavirus_Brasil%20com%20Global.pdf>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

EGLER, T. T. C. Redes Tecnosociais e Democratização das Políticas Públicas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 208-236.

FARAH, M. F. S. Parcerias, arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2007.

FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. Coletânea, Volume 1, 2007. Brasília: ENAP.

FREITAS, R. de C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e Perspectivas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, 2007.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 1-21, jun. 2000.

G1 – GLOBO.COM. **Denúncias sobre máfia das próteses podem ser feitas por telefone e web**. 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/09/denuncias-sobre-mafia-das-proteses-podem-ser-feitas-telefone-e-web.html>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

G1 – GLOBO.COM. **Máfia das próteses coloca vidas em risco com cirurgias desnecessárias**. 2015a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/01/mafia-das-proteses-coloca-vidas-em-risco-com-cirurgias-desnecessarias.html>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

GUIMARÃES, C. **Público e privado: contradições na estratégia de combate à pandemia**. [online]. Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ. Publicado em 07 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/publico-e-privado-contradicoes-na-estrategia-de-combate-a-pandemia>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**. nº 16, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_16_saude.pdf>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **'Pandemia trouxe a redescoberta do SUS', diz presidente de conselho de secretários municipais**. Publicado por PASQUINI, P. em 10/06/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>.

folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/pandemia-trouxe-a-redescoberta-do-sus-diz-presidente-de-conselho-de-secretarios-municipais.shtml>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

JORNAL O GLOBO. **Governadores e prefeitos precisam garantir a merenda escolar das crianças.**

Publicado em 14 de abril de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/governadores-prefeitos-precisam-garantir-merenda-das-criancas-24368532>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

LEIVAS, Lúvia Nizolli. A responsabilidade do Estado no atendimento médico-hospitalar pelo SUS no setor materno-infantil. **Revista Âmbito Jurídico**, 2004. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-responsabilidade-do-estado-no-atendimento-medico-hospitalar-pelo-sus-no-setor-materno-infantil/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LOBO, T. Avaliação de Processos e Impactos em Programas Sociais: algumas questões para reflexão. *In*: RICO, E. M. (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 1998, p. 75-84.

MEDEIROS, A. G. P.; SOUZA, E. C. F. O sistema único de saúde e a mídia televisiva: análise de um telejornal local em emissora nacional. **Revista Ciência Plural**, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/download/13417/9356/>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55 e 56, São Paulo, 2002, pp. 155-184.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença.** 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Covid-19: Vacinação e doses aplicadas.** Publicado em: 24/02/2021. Disponível em: <https://viz.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

NIERG, M. **A saúde brasileira comparada com outros cinco países: modelo do SUS brasileiro é inspirado no melhor sistema público de saúde do mundo.** Observatório da Saúde do Rio de Janeiro.

Disponível em: <<http://observatoriodasauderj.com.br/a-saude-brasileira-comparada-com-cinco-outros-paises/>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **No dia da liberdade de imprensa, ONU pede apoio a trabalhadores da mídia em meio à pandemia.** Entrevista concedida por Antônio Guterres e publicada em 30/04/2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/no-dia-da-liberdade-de-imprensa-onu-pede-apoio-a-trabalhadores-da-midia-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

PASE, H. L. Políticas públicas e infraestrutura: a agenda do setor elétrico brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 107-127, maio-ago. 2012.

PENTEADO, C. L. C.; FORTUNATO, I. Mídia e políticas Públicas: possíveis campos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 30, n. 87, fev. 2015.

PITA, Marina. Retrospectiva 2020: Bolsonaro e os conflitos com a mídia. **Carta Capital**, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/retrospectiva-2020-bolsonaro-e-os-conflitos-com-a-midia/>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

REVISTA ISTO É. **Ainda bem que temos o SUS.** Publicado em 28/02/2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/ainda-bem-que-temos-o-sus/>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

RODRIGUES, M. M. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.

SARTORI, G. **Homo videns: la sociedad teledirigida.** Buenos Aires: Taurus, 1998.

SAÚDE MAIS TV. **Covid-19: Pandemia mostrou aos países que devem ter sistemas de saúde públicos.** Entrevista concedida por Adalberto Campos Fernandes. Publicado em 23 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.saudemais.tv/noticia/15857-covid-19-pandemia-mostrou-aos-paises-que-devem-ter-sistemas-de-saude-publicos-ex-ministro>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

SOMBRA, T. L.; GUIMARÃES, J.; CATTLEY, L. Crise da Covid-19 eleva o risco de corrupção nas contratações públicas. **Boletim de notícias CONJUR.** Publicado em 7 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jun-07/opiniao-covid-19-perigo-corrupcao>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S. A política de saúde no governo Lula e a dialética do menos pior. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, p. 268-283, 2005.

THE NEW YORK TIMES. **Hunger Program's Slow Start Leaves Millions of Children Waiting Child hunger is soaring, but two months after Congress approved billions to replace school meals, only 15 percent of eligible children had received benefits.** Publicado em 26/05/2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/05/26/us/politics/child-hunger-coronavirus.html?searchResultPosition=7>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

THE NEW YORK TIMES. **Coronavirus Is a Crisis.** Might It Also Narrow Inequality? Economic downturns have often led to political moves to lift the most vulnerable. But recoveries tend to reverse the effect. Publicado em 25 de junho, 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/06/25/business/economy/coronavirus-inequality.html?searchResultPosition=5>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

THE NEW YORK TIMES. **As Hunger Swells, Food Stamps Become a Partisan Flash Point:** Democrats are seeking to raise benefits as research shows a rise in food insecurity without modern precedent amid the pandemic. But Republicans have balked at a long-term expansion of the program. Publicado em 06 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/05/06/us/politics/coronavirus-hunger-food-stamps.html?searchResultPosition=8>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.

THE NEW YORK TIMES. **Coronavirus in the U.S.:** Latest Map and Case Count. Publicado em 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2020/us/coronavirus-us-cases.html>>. Acesso em: 01 dez. de 2020.